

## **TCU vê erros em operações entre Tesouro e bancos federais**

Por Murillo Camarotto e Ribamar Oliveira | De Brasília

O parecer dos auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os empréstimos do Tesouro Nacional aos bancos estatais federais considerou irregular o fato de que os títulos públicos colocados diretamente nas carteiras das instituições financeiras, entre elas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), não terem sido incluídos no Orçamento da União.

Para os auditores, como houve uma operação de crédito, na forma de emissão de título e a aquisição de um ativo relativo ao empréstimo concedido aos bancos, ela teria necessariamente de transitar pelo Orçamento.

Nas discussões entre o governo e o TCU, o argumento utilizado pela área econômica da época da emissão dos títulos para os bancos públicos federais era que eles não transitavam pelo Orçamento porque tais operações não afetam a conta única do Tesouro no Banco Central.

Os auditores do TCU nunca aceitaram o argumento, pois consideram que é irrelevante o trânsito pela conta única para caracterizar o fenômeno financeiro. O que importa, na avaliação dos

auditores, é que a emissão é efetivamente uma operação de crédito e, como tal, precisa estar no Orçamento.

O parecer dos auditores ainda será analisado pelo ministro Aroldo Cedraz, que é o relator da matéria, e somente depois apreciado pelo plenário do TCU. Fontes do Tribunal de Contas disseram que não incluir essas emissões de títulos no Orçamento é uma irregularidade muito grave e poderá resultar em punições para os gestores responsáveis por elas. Mas não quiseram especificar o tipo de punição.

Os auditores também consideraram que as emissões não obedeceram alguns dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo o parecer, o artigo 36 da LRF não autoriza a emissão direta de títulos aos bancos públicos federais. A única exceção aberta é para a aquisição de títulos por parte das instituições federais para atender investimentos de seus correntistas ou para aplicação de recursos próprios.

Nas exposições de motivo das medidas provisórias que autorizaram as emissões diretas para o BNDES, por exemplo, o governo informava que a União não tinha mais recursos livres para a concessão dos empréstimos. Assim, a concessão de crédito ao BNDES seria realizada

mediante a emissão pela União, sob a forma de colocação direta em favor do banco estatal, de títulos da dívida pública mobiliária federal.

Muitos títulos foram emitidos com prazo de vencimento muito curto. Em um caso, a emissão de R\$ 13 bilhões ao BNDES em 2009, teve vencimento de apenas um dia. Assim, no dia seguinte à data da emissão, o dinheiro saiu da conta única do Tesouro no Banco Central para o caixa do BNDES. Ao todo, R\$ 92 bilhões foram emitidos com prazo inferior a 80 dias.

Em seu parecer, os auditores observam, de acordo com as fontes ouvidas pelo Valor, que as MPs contrariaram o dispositivo da LRF, que não autoriza as emissões diretas aos bancos públicos.

Neste caso, no entanto, as fontes ouvidas dizem que é provável que o TCU não estabeleça punições para os gestores responsáveis pelas operações, porque elas foram autorizadas por medidas provisórias específicas, aprovadas posteriormente pelo Congresso Nacional.

De acordo com essa interpretação, não cabia ao gestor questionar a legalidade das medidas provisórias que autorizaram as operações, mas apenas cumprir o que elas determinavam.

## **Liberação de R\$ 9,8 bi favorece Defesa e Integração**

Por Fabio Graner e Juliana Schincariol | De Brasília e do Rio

O governo publicou ontem a primeira portaria autorizando a liberação de R\$ 9,8 bilhões do Orçamento, parte dos R\$ 12,8 bilhões anunciados na semana passada no decreto de programação orçamentária e financeira. Os ministérios da Defesa e da Integração Nacional foram os mais beneficiados.

As ações de defesa civil (Integração Nacional) receberão R\$ 310 milhões dos recursos orçamentários liberados por meio de portaria do governo federal. Desse montante, cerca de metade (R\$ 150 milhões) irá para a Operação Carro-Pipa Federal nos próximos três meses.

A Defesa informou que o limite ampliado permitirá ao ministério honrar, ainda que parcialmente, compromissos diversos relativos "à manutenção das mais de 1.600 organizações militares espalhadas pelo país; obrigações relacionadas ao sistema de controle do espaço

aéreo; do patrulhamento do mar territorial e das fronteiras terrestres; manutenção e treinamentos operacionais da Forças", entre outros. Também pagará programas de submarinos (inclusive nuclear), aquisição de avião cargueiro e vigilância de fronteiras terrestres.

Apesar de o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, ter dito ontem que a Saúde havia sido contemplada na portaria publicada no "Diário Oficial", a liberação de R\$ 1,1 bilhão para a Saúde ocorreu antes da publicação da portaria. A despesa adicional foi incorporada no relatório divulgado na semana passada, sem ter sido explicitada, e, portanto, não faz parte dos R\$ 12,8 bilhões.

Os cerca de R\$ 3 bilhões ainda não liberados, devem ser destinados nas próximas semanas, disse o ministro. "Em geral tem a ver com peculiaridades de cada órgão, depende de ajustes nas dotações orçamentárias e detalhes para onde vão os recursos", afirmou. Segundo ele, não há previsão para emendas parlamentares nos recursos liberados ontem e nem nos valores restantes.





## Mais recursos

Descontingenciamento por órgão da administração direta, em R\$ mi

|                           | PAC             | Outros          | Total           |
|---------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Presidência da República  | 20,00           | 286,90          | 306,90          |
| Ministério da Agricultura | 0               | 257,10          | 257,10          |
| Ciência e Tecnologia      | 102,00          | 338,40          | 440,40          |
| Fazenda                   | 0               | 369,90          | 369,90          |
| Educação                  | 80,00           | 470,00          | 550,00          |
| Mdic                      | 0               | 188,00          | 188,00          |
| Ministério da Justiça     | 0               | 491,90          | 491,90          |
| Minas e Energia           | 10,00           | 47,00           | 57,00           |
| Relações Exteriores       | 0               | 240,00          | 240,00          |
| Transportes               | 852,00          | 40,00           | 892,00          |
| Trabalho                  | 0               | 68,40           | 68,40           |
| Cultura                   | 40,00           | 94,00           | 134,00          |
| Meio Ambiente             | 0               | 79,00           | 79,00           |
| Planejamento              | 40,00           | 113,51          | 153,51          |
| Esporte                   | 65,00           | 172,00          | 237,00          |
| Defesa                    | 1.100,00        | 1.017,05        | 2.117,05        |
| Integração Nacional       | 822,54          | 376,00          | 1.198,54        |
| Turismo                   | 0               | 220,30          | 220,30          |
| Desenvolvimento Agrário   | 0               | 800,00          | 800,00          |
| Ministério das Cidades    | 800,00          | 125,90          | 925,90          |
| Advocacia-Geral da União  | 0               | 75,20           | 75,20           |
| <b>Total</b>              | <b>3.931,54</b> | <b>5.870,56</b> | <b>9.802,10</b> |

Fonte: Ministério do Planejamento

## **Reformas e privatização**

### *Por Roberto Castello Branco*

A literatura econômica sobre reformas estruturais sugere que sua realização é mais provável diante de recessões prolongadas e altas taxas de desemprego. Exemplos clássicos foram o Reino Unido nos anos 80 e a América Latina na década seguinte, ambos após períodos de sérios problemas econômicos.

Grandes recessões parecem convencer a sociedade sobre a necessidade de mudar o regime de política econômica. Ao mesmo tempo, grupos de interesse, beneficiários do status quo, tendem a se enfraquecer ao ficar claro que suas propostas não geraram prosperidade, exceto para eles próprios.

A recessão de 2014-2017 e as elevadas taxas de desemprego - tendo como pano de fundo o crescimento medíocre do PIB real per capita entre 1980 e 2016, de apenas 0,9% ao ano, e a descoberta de um processo de corrupção sistêmica - produzem ambiente propício à implementação de reformas.

Evidentemente, a venda de reformas para a sociedade não costuma ser fácil. Uma das razões é que seus benefícios, até por serem às vezes indiretos, não costumam ser tão claros quanto são para boa parte dos economistas.

A equipe econômica faz, por

exemplo, grande esforço para viabilizar a reforma da Previdência Social a partir do correto argumento de que a situação atual é insustentável do ponto de vista fiscal. Contudo, isso tem esbarrado na visão predominante entre nossos políticos (e em parte da sociedade) de que os recursos são infinitos. Não reformar a Previdência é também sancionar privilégios na medida em que a aposentadoria média no setor público - defendida por corporações - varia de seis (Poder Executivo) a 23 vezes (Poder Legislativo) o valor médio recebido por dezenas de milhões de aposentados no INSS.

Todavia, mesmo um governo politicamente fraco e com integrantes acusados de corrupção tem sido capaz de promover mudanças importantes, como o teto dos gastos, a reforma trabalhista, a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP), alguma flexibilização na regulação do petróleo e planos para concessões de infraestrutura e privatizações.

De maneira semelhante à "operação abafa" da Lava-Jato, a aliança entre corporações e políticos populistas/corruptos, que caracteriza a Velha Política, tenta bloquear as reformas econômicas.

*Estatais têm como meta a maximização de poder e não a dos lucros. Não há estímulos para que persigam a eficiência*

A oposição à TLP refletiu essa coalizão, ao unir corporações e senadores do PSDB e PT. O anúncio de privatização da Casa da Moeda provocou entre os defensores do Estado-empresário a confusão entre o papel do Banco Central e o de uma gráfica ineficiente, enquanto que a intenção de privatizar a Eletrobras deu origem a movimentos liderados por políticos populistas em "defesa" de Furnas e Chesf.

Diferentemente de companhias privadas, as estatais possuem como objetivo a maximização de poder e não a maximização de lucros. Como consequência, não existem incentivos para que seus executivos persigam a eficiência.

O capital nelas investido é de propriedade da sociedade, porém substancial parcela do fluxo de caixa é apropriado pela Velha Política sob diversas formas - privilégios a corporações de servidores, cargos executivos por indicação de políticos, concessão de contratos sem concorrência, investimentos de baixíssimo retorno. Tudo isso dá a seus atores fortes incentivos para defender a intocabilidade das estatais, até sob o falso manto do nacionalismo. O processo de transferência de recursos para a Velha Política é justamente a principal fonte de desperdício de recursos da sociedade e de oportunidades potenciais para corrupção.





O Brasil possui enorme número de estatais, que segundo estimativas recentes chegaria a 442. Parcela majoritária desse montante é composta por firmas pequenas e médias, mas o grau de ineficiência resultante constitui-se em trava ao crescimento econômico no longo prazo.

Poucas empresas como a Embrapa se justificam como estatais. Muitas podem ser simplesmente extintas e outras tantas privatizadas. Por outro lado, devemos ter em mente que o desinvestimento de ativos, embora concorra para estabilizar a relação dívida/PIB, não é substituto de cortes permanentes do gasto público, sob pena de no futuro virmos a nos defrontar com novos desequilíbrios orçamentários.

A privatização é reforma a ser executada ao longo de vários anos a partir de diretrizes estratégicas claramente definidas. A nosso ver, deve ter três prioridades: foco nas grandes estatais, como Petrobras e Correios, e em instituições

financeiras e o emprego de ofertas públicas de ações para a venda de empresas, em lugar de leilões do controle acionário para grupos de investidores, modelo adotado nos anos 90.

O sistema financeiro desempenha papel central na alocação de recursos na economia, e a evidência empírica internacional aponta correlação positiva entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico. A presença de bancos públicos estabelece a ligação, produtora de distorções, entre o mundo político e as finanças. Esta deve ser quebrada se quisermos explorar o potencial do sistema financeiro como alavanca do desenvolvimento econômico.

Nossa sugestão é privatizar os grandes bancos estatais (BB e Caixa), fechar os regionais e reduzir o tamanho e o escopo das atividades do BNDES. É fundamental a devolução ao Tesouro do restante dos recursos repassados no período 2007/2015, R\$ 400 bilhões, ao mesmo tempo em que o banco se

restringiria ao financiamento de projetos com retorno social superior ao privado nas áreas já definidas em janeiro deste ano, com participação máxima de 50%.

Outras mudanças desejáveis são o fim do desastroso FI-FGTS e a oferta aos trabalhadores para, nos novos depósitos do FGTS, escolher entre continuar a receber TR mais 3% ao ano ou ter uma conta de investimento administrada por instituições financeiras privadas.

Finalmente, cabe perguntar sobre o que produz maiores retornos sociais: manter bilhões de reais alocados em atividades que podem ser desempenhadas de forma mais produtiva pela iniciativa privada ou em investimentos em educação, saúde e segurança pública?

Roberto Castello Branco é pesquisador do Centro de Estudos em Crescimento e Desenvolvimento Econômico da FGV e Professor afiliado da FGV-EPGE.



## Investimentos em queda

*Mesmo com a liberação ontem de R\$ 3,9 bilhões, PAC teve corte de R\$ 12,1 bilhões este ano*

BÁRBARA NASCIMENTO  
MARTHABECK

BRASÍLIA - O governo liberou, ontem, R\$ 9,8 bilhões do Orçamento federal para gastos dos ministérios. Esse valor faz parte de um descontingenciamento de R\$ 12,8 bilhões que foi anunciado pelo Ministério do Planejamento na semana passada e que será totalmente concretizado até o fim do ano. Dos R\$ 9,8 bilhões liberados, R\$ 3,9 bilhões são para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O dinheiro, contudo, ainda está longe de resolver a demanda por recursos para investimentos da União. O PAC — no qual estão concentrados os principais projetos financiados com recursos do Orçamento federal — foi a maior vítima do drama das contas públicas em 2017. Com gastos obrigatórios elevados e seguidas frustrações de receitas, a equipe econômica foi obrigada a praticamente paralisar o programa para assegurar a meta fiscal do ano, de um déficit primário de R\$ 159 bilhões.

Embora a Lei Orçamentária de 2017 tenha previsto um total de R\$ 36 bilhões para o PAC, o programa foi cortado em R\$ 16 bilhões até setembro. A tesourada foi agora

reduzida para R\$ 12,1 bilhões. Uma portaria publicada ontem no Diário Oficial da União informa que o maior alívio será dado ao Ministério da Defesa, de R\$ 2,117 bilhões. Deste montante, R\$ 1,1 bilhão será para obras da pasta que estão dentro do PAC. Em segundo lugar na lista de beneficiados está o Ministério da Integração Nacional, com R\$ 1,198 bilhão. Neste caso, uma parte dos recursos será para o pagamento de carros-pipa que fornecem água para diversos municípios do Nordeste. Em terceiro, ficou o Ministério das Cidades, com R\$ 923 milhões, seguido por Transportes, Portos e Aviação Civil, com R\$ 892 milhões.

R\$ 10,3 BILHÕES  
ATÉ JUNHO

O balanço mais recente do PAC, divulgado no fim de agosto, mostra como o ajuste fiscal impactou os investimentos nos últimos dois anos. Em 2015, saíram diretamente dos cofres públicos R\$ 47,2 bilhões para o programa. Em 2016, foram R\$ 42 bilhões. Neste ano, esse valor foi reduzido para R\$ 10,3 bilhões, segundo dados até junho. Dessa forma, o investimento fica cada vez mais dependente de outras fontes de recursos. Dentro do PAC, além do dinheiro que sai do Orçamento da União, há recursos de financiamentos, do setor privado e contrapartida de estados e municípios. Segundo o Ministério do Planejamento, das 1.600 obras que

estavam paralisadas em novembro de 2016, 673 foram retomadas, e apenas 198, concluídas. O levantamento do ministério mostra que os investimentos param por muitos motivos. Além da restrição orçamentária, há problemas técnicos, ambientais e, ainda, 212 obras abandonadas pelas empresas contratadas. A maior parte dos projetos que foram entregues neste ano é de menor porte: saneamento, urbanização de assentamentos e centros de iniciação ao esporte. Ou seja, as grandes obras andaram pouco.

Dos mais de três mil quilômetros de rodovias em adequação ou duplicação prometidos para o período 2015-2018, apenas 131 quilômetros ou 3,9% foram finalizados. Entre os 5.300 quilômetros de rodovias em construção ou pavimentação, só 394 quilômetros ou 7,4% foram entregues. Quanto aos portos, apenas uma das 11 obras de dragagem previstas foi concluída. Duas delas sequer foram contratadas. Entre as obras de construção, ampliação e modernização de portos, o número é pior: quatro de 34 foram finalizadas. Mesmo entre os aeroportos, que têm sido o carro-chefe das concessões, apenas 20 das 63 obras prometidas foram entregues. Carlos Campos, pesquisador de infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica





Aplicada (Ipea), explicou que é natural que, em um momento de dificuldade fiscal, o investimento seja o primeiro a ser sacrificado. Segundo ele, desde 2012, o país vive uma diminuição gradual de recursos do Orçamento federal para o investimento.

#### INVESTIMENTO PRIVADO É LIMITADO

Grande parte do que foi investido, lembrou Campos, era baseada em desembolsos da Caixa e do BNDES. Para ele, o governo conseguiu equacionar essa conta por meio do investimento privado, com o modelo de concessões. Campos destacou, contudo, que há um limite para essa substituição, à medida que o interesse do setor privado é restrito a projetos que têm retornos altos e grande parte deles já foi concedida: — No Brasil, já há uma participação intensa do capital privado em infraestrutura. Mas há um limite. A atração econômico-financeira desses projetos é a taxa de retorno que eles propiciam. Rodovias de baixo fluxo, aeroportos de baixo movimento e ferrovias são investimentos que têm dificuldade de atrair o capital privado. O secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Hailton Madureira,

admitiu que os recursos disponíveis para investimentos do PAC estão cada vez mais limitados pelo engessamento do Orçamento. — De fato, o quadro não está ideal para os investimentos do governo federal. Enquanto não houver uma reforma da Previdência e uma revisão de outras despesas obrigatórias, o espaço para o restante ficará limitado — disse Madureira, acrescentando:

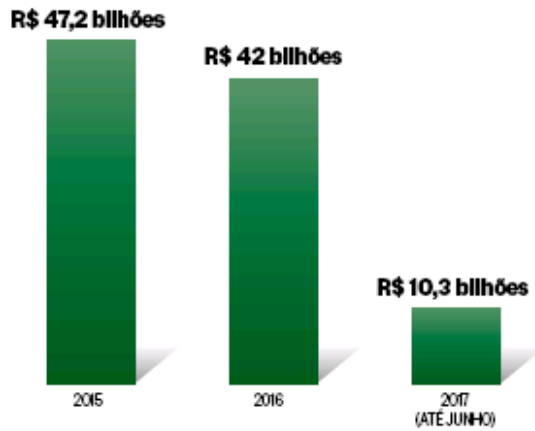
— Ainda existe uma incerteza muito grande nas receitas. Isso prejudica a execução do Orçamento. Mesmo assim, o secretário destacou que o governo vai conseguir concluir, pelo menos, cinco obras importantes previstas para 2015-2018, incluindo o aeroporto de Vitória; o trecho da BR-163 até o Porto de Miritituba, no Pará; a dragagem do Porto de Paranaguá; e a ponte sobre o Rio Madeira. Ele destacou, ainda, que o governo tem conseguido fazer um pagamento expressivo de despesas do PAC no último mês do ano. Em 2016, a Lei Orçamentária previa R\$ 30 bilhões, sendo que o total pago até o fim daquele ano chegou a R\$ 42 bilhões. Isso se deveu a uma decisão do governo de quitar um alto volume de restos a pagar de anos anteriores. Em 2015, o pagamento total foi de R\$ 45 bilhões, sendo R\$ 15 bilhões em dezembro.



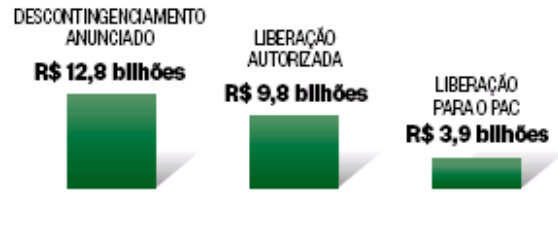


# OS RECURSOS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

## EVOLUÇÃO DOS DESEMBOLSOS EFETIVOS DO TESOIRO COM O PAC



## LIBERAÇÃO MAIS RECENTE DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DE 2017



## LIBERAÇÃO POR PASTA



Fonte: Ministério do Planejamento

Editoria de Arte



## Dívida no limite

É espantoso que facções da política e da academia —minoritárias, mas não desprovidas de influência— ainda se apeguem à tese de que suspender os compromissos da dívida pública, ou reduzi-los drasticamente, será solução para o rombo orçamentário federal.

Propostas do gênero, com adeptos à esquerda e à direita, já se mostravam ingênuas nos tempos em que o governo separava parte considerável de suas receitas para o pagamento de juros.

Hoje, quando o Tesouro Nacional há muito não dispõe de sobras e depende de dinheiro emprestado para tarefas básicas, tais ideias revelam total desconhecimento do estado catastrófico das finanças federais —ou, na pior hipótese, mero oportunismo demagógico.

O momento atual, infelizmente, é propício para que se compreenda a extensão do colapso do Orçamento e suas consequências.

Desde 2014, a arrecadação do governo tem sido inferior aos dispêndios com pessoal, custeio e investimentos; agora, o acúmulo de deficits traz risco real de paralisação da máquina pública.

Pela primeira vez em sua história, o Tesouro se vê próximo de descumprir um dispositivo constitucional —chamado, de tão básico, "regra de ouro"— que o proíbe de se endividar para cobrir gastos cotidianos como salários, aposentadorias, benefícios assistenciais, material de consumo ou contratos de limpeza e vigilância.

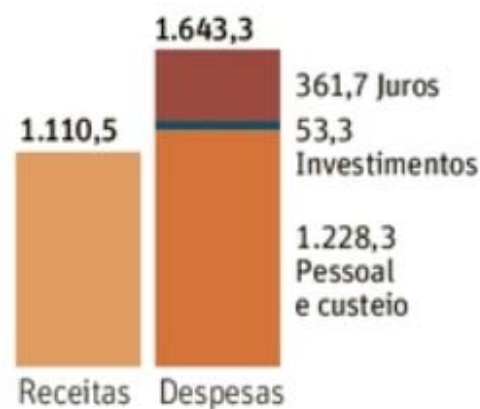
Não se trata de capricho tecnocrático ou imposição draconiana: a norma tão somente zela para que o Estado

seja viável.

Por ora, pretende-se contornar o problema com o expediente, um tanto vexatório e ainda incerto, de cobrar o pagamento antecipado de passivos do BNDES, banco estatal, com o governo. A alternativa, talvez insuficiente, seria fechar repartições e interromper a prestação de serviços à população.

Mais à frente, conflitos políticos serão inevitáveis, pois o mesmo texto constitucional que estabelece a "regra de ouro" também impõe despesas crescentes com a Previdência e impede a demissão de servidores públicos. Dentre as opções possíveis, suprimir o limite de endividamento seria a pior.

### ROMBO NO ORÇAMENTO União, nos últimos 12 meses, em R\$ bilhões



Fonte: Tesouro Nacional

## Inkra restringe recursos para assentamentos rurais

RENATA GUERRA  
ANA MAGALHÃES  
DA REPÓRTER BRASIL

Desde abril, servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) recebem incentivos para dar títulos individuais de propriedade da terra ao maior número possível de assentados da reforma agrária.

Quando ligam seus computadores, encontram na tela o "titulômetro", nome oficial de um ranking que fixa metas e premia as superintendências regionais que mais emitem esses títulos. Como prêmio mensal, a equipe "medalha de ouro" ganha 8 notebooks; a de "prata", 6, e a de "bronze", 4.

Anunciado internamente como mecanismo de eficiência, o titulômetro é criticado por movimentos de defesa da reforma agrária, para quem a missão do instituto mudou de criar e fortalecer

o desenvolvimento de assentamentos para conceder títulos individuais.

Assentamentos exigem que o Inkra promova o investimento em estradas, escolas e postos de saúde, além de financiamento para o plantio. "O Inkra dá esses títulos justamente para que as famílias saiam da alçada do governo", diz Reginaldo Marcos Félix de Aguiar, da diretoria da Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Inkra.

Ao virar proprietário, o assentado perde uma série de benefícios. "Quando o agricultor é assentado, ele busca financiamento do Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar], com juros baixos. Quando ganha o título, ele tem que buscar esse crédito por conta própria, em bancos privados, o que é mais difícil", afirma a coordenadora da Comissão Pastoral da Terra no Mato Grosso, Elizabete Flores.

Com essas dificuldades e com o título de propriedade em mãos, a tendência é que os pequenos agricultores vendam o imóvel, afirma Igor Rolemberg, antropólogo e pesquisador dos conflitos fundiários na Amazônia. "E é o fazendeiro próximo que vai comprar, o que aumenta a concentração fundiária e aquece o mercado de terras."

O titulômetro consagra uma mudança que já estava em curso no Inkra. Entre 2015 e 2016, enquanto a emissão de títulos aumentou de 1.222 para 7.356, a quantidade de famílias assentadas caiu de 26.335 para 1.686.

O esvaziamento da política de criação e fortalecimento de assentamentos é confirmado pela previsão orçamentária para o ano que vem.

Embora o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) preveja redução de apenas 3% no





orçamento total do Inca, há cortes significativos para criação, apoio e infraestrutura aos assentamentos.

Se a previsão for confirmada, em 2018 haverá redução de 64% na verba de desenvolvimento de assentamentos rurais, 86% a menos para assistência técnica e extensão rural e uma redução de 83% para a obtenção de imóveis rurais para a reforma agrária.

#### ESVAZIAMENTO

Para Rolemberg, mesmo com a economia promovida pela concessão de títulos, "a conta não vai fechar". "Com os cortes orçamentários, não será possível emancipar os assentamentos em boas condições e com infraestrutura consolidada", afirma.

Elaborado pelo executivo, o

PLDO ainda precisa ser aprovado pelo Congresso até o fim do ano, podendo ser alterado pelos parlamentares.

Pesquisadores e servidores do Inca consideram que o titulômetro e os cortes consolidam o esvaziamento da reforma agrária, que teve início em 2009, no governo Lula.

Isso teria se iniciado com o Terra Legal, programa de regularização fundiária que prioriza a concessão de títulos de propriedade.

"O objetivo do Terra Legal sempre foi titular as terras, enquanto que o Inca só emitia os títulos depois de comprovar a autossuficiência dos assentamentos", afirma Cândido Cunha, engenheiro agrônomo da Superintendência do Inca de Santarém, no Pará.





## DESFALQUE NA REFORMA AGRÁRIA

Áreas para criação e manutenção de assentamentos sofrem cortes orçamentários

### VERBA, EM R\$ MILHÕES

- Obtenção de imóveis rurais para criação de assentamentos da reforma agrária
- Desenvolvimento de assentamentos rurais
- Assistência técnica e extensão rural para reforma agrária



Se previsão se confirmar, reduções em 2018 em relação a 2017 serão de 64% (verba de desenvolvimento), 86% (assistência técnica e extensão) e 83% (obtenção de imóveis)

\*Valores previstos do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que ainda precisa ser aprovado pelo Congresso  
Fonte: Inbra e Ministério do Planejamento

OUTROLADO**Órgão diz que investe em infraestrutura**

O Inbra afirmou, em nota, que apenas recebem títulos de propriedade os agricultores de "projetos de assentamento nos quais o instituto já cumpriu com as suas obrigações referentes a crédito, infraestrutura e assistência técnica".

"Não há 'excesso de emissão' [de títulos]. O Inbra apenas trabalha para cumprir a sua obrigação e respeitar o direito assegurado ao beneficiário da reforma agrária", afirmou.

O instituto diz que o "titulômetro" é uma "ferramenta de endomarketing" para valorizar o trabalho e o comprometimento dos servidores.

Sobre os cortes orçamentários,

a nota diz que o fenômeno acontece desde 2013. "Isso não impede que os servidores cumpram suas funções. Com base no orçamento definido, o Inbra estabelece o seu planejamento de metas e ações."

Em resposta às quedas na previsão de verba para a sua área, o diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos do instituto, Ewerton Giovanni dos Santos, afirma que "o orçamento impacta diretamente nos investimentos de infraestrutura, mas estamos simplificando e desburocratizando os processos internos do Inbra para sermos mais eficientes".



## TCU vê ‘imprudência’ em aval a Estados

Entre 2012 e 2015 União concedeu garantia ‘excepcional’ aos Estados mais endividados através de portaria do ministro Guido Mantega

Adriana Fernandes  
Idiana Tomazelli

A União foi “sócia do ato de imprudência” que levou ao endividamento de Estados que já estavam em péssimas condições financeiras e tinham maior risco de calote, aponta auditoria concluída pela área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo apurou o ‘Estadão/ Broadcast’, a corte de contas pode chamar autoridades envolvidas a dar explicações, entre elas o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega e o ex-secretário do Tesouro Arno Augustin, que tomaram a decisão de conceder o crédito e agora podem ser responsabilizados pelos atos. Essa política agravou a situação já difícil das finanças dos governos regionais. O Estadão/Broadcast antecipou em novembro do ano passado o início das investigações do TCU sobre a política de garantias facilitadas adotada pelo governo.

A apuração começou depois que o Estado do Rio de Janeiro, um dos maiores beneficiados pelos

financiamentos em anos anteriores, deu o calote e obrigou a União a ter de pagar os débitos em seu nome. O levantamento incluiu a análise minuciosa dos contratos de garantias – para dar conta de tantos documentos em papel, o Tesouro chegou a oferecer dentro do órgão uma sala aos auditores do TCU. Entre 2012 e 2015, a União garantiu R\$ 65,2 bilhões em operações de crédito para os governos estaduais em piores condições, um tipo de operação que era para ser exceção e virou regra. Enquanto isso, Estados com menor risco de inadimplência tiveram aval para obter R\$ 45,8 bilhões no período.

Os dados são do próprio Tesouro, que revisou recentemente os valores de 2013 até agora. Maquiagem. A manipulação das garantias é uma das vertentes da maquiagem nas contas dos Estados, que foram irrigados com recursos do BNDES, Caixa e Banco do Brasil. As consequências foram o agravamento da crise financeira dos Estados e a necessidade de o Tesouro honrar as dívidas. Só neste ano, a União já pagou R\$ 2,27 bilhões por conta de calotes de governos estaduais (99% dos débitos são do Rio de Janeiro). Segundo cálculos dos técnicos do TCU, pelo menos R\$ 100 milhões

desse valor correspondem a encargos como multas e juros por conta do atraso no pagamento, recursos públicos “jogados fora” por conta da irresponsabilidade na concessão dos créditos. O valor não inclui a correção pela Selic (hoje em 8,25% ao ano), custo adicional que o Estado terá de bancar quando for ressarcir a União pela garantia honrada.

Assim como nas pedaladas fiscais, que permitiram o atraso no pagamento de subsídios do Tesouro aos bancos públicos, as garantias para os Estados com nota C e D foram possíveis graças a uma portaria desenhada para burlar as regras de boas práticas prudenciais e fiscais. Editada em 10 de setembro de 2012, a portaria (ainda em vigor) dá poderes ao ministro da Fazenda, em “caráter excepcional”, de autorizar Estados com nota baixa a contratar empréstimos com aval da União. O problema é que dali em diante houve uma explosão de garantias concedidas por Mantega com o chamado “waiver” (dispensa do cumprimento de exigências). De acordo com a apuração do TCU, entre 2013 e 2014 os técnicos do Tesouro Nacional passaram a ser mais enfáticos sobre a baixa capacidade de pagamento dos Estados e formalizaram em pareceres os riscos da política em





curso.

Os técnicos começaram a ficar preocupados com as consequências e cobraram de Arno Augustin uma posição. Segundo relatos da época, o então secretário do Tesouro disse que “matava no peito” e que assinaria os documentos necessários. Na auditoria, o TCU também analisa a conduta do corpo técnico do Tesouro Nacional na concessão das garantias, mas a avaliação preliminar é de que sua atribuição era dar a nota ao Estado. A concessão da garantia era uma decisão das autoridades – secretário do Tesouro e ministro da Fazenda. Mesmo assim, o risco de serem punidos tem norteado uma postura mais cautelosa dos técnicos em operações recentes, como a assinatura do plano de

recuperação fiscal do Rio de Janeiro, em que o parecer do órgão aponta fragilidades na estratégia do governo fluminense que podem comprometer o sucesso do socorro. Após a conclusão do relatório preliminar do TCU, o Tesouro Nacional poderá se manifestar sobre o processo. Mas o órgão do Ministério da Fazenda já indicou à corte de contas que pretende editar uma nova portaria sobre a concessão de garantias, inclusive com nova metodologia já anunciada de concessão das notas aos Estados.

A nova portaria deve ter um dispositivo semelhante de “excepcionalização” para a concessão de garantias. É por isso que o TCU avalia fazer uma recomendação para que os critérios de atendimento desse

pedido sejam fundamentados por documentos. Os técnicos identificaram que o pedido de “waiver” (dispensa do cumprimento de exigências) era atendido sem verificação formal das três condicionantes: existência de contragarantias para ressarcir a União em caso de inadimplência, projeto considerado relevante e recursos suficientes do Estado para cumprir a execução do projeto. A Secretaria do Tesouro Nacional disse que acompanhou e colaborou com o processo de auditoria conduzido pelo TCU, além de ter suspenso a concessão de garantias para antes da Federação com notas C e D. O Tesouro disse ainda acreditamos que o relatório do TCU deverá trazer propostas de aperfeiçoamento do processo. A reportagem não conseguiu localizar Arno Augustin e Guido Mantega

## EXCEÇÃO VIRA REGRA

● Estados com menor capacidade de pagamento receberam maior volume de crédito nos últimos anos

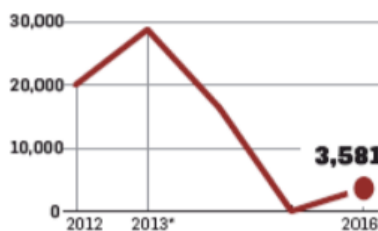
### Operações de crédito para Estados

EM BILHÕES DE REAIS

Com notas A e B\*\*



Com notas C e D



### Em 2016, Tesouro volta a concentrar garantias a melhores pagadores

EM BILHÕES DE REAIS

Estados com nota A ou B

6,907

Estados com nota C ou D

4,132

### Em recuperação fiscal, Rio de Janeiro foi um dos mais beneficiados por garantias

EM BILHÕES DE DÓLARES

| Período | Nota | Garantias internas obtidas | Garantias externas obtidas |
|---------|------|----------------------------|----------------------------|
| 2013    | D    | 6,167                      | 0,660                      |
| 2014    | D    | 6,765                      | 0,480                      |
| 2015    | D    | —                          | —                          |
| 2016    | D    | 0,445***                   | —                          |
| 2017    | D    | —                          | —                          |

\*DADOS A PARTIR DE 2013 REVISADOS PELO TESOIRO NACIONAL; \*\*INCLUI REESTRUTURAÇÃO; \*\*\*NÃO CHEGOU A SER CONTRATADA

FONTE: TESOIRO NACIONAL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

## Tribunal vai investigar cumprimento da ‘regra de ouro’

Tesouro Nacional cobra do BNDES a devolução de R\$ 180 bi para cumprir norma que tenta barrar déficits fiscais sucessivos

Em meio à queda de braço entre o Tesouro Nacional e o BNDES sobre a devolução antecipada de recursos pelo banco de fomento, o Tribunal de Contas da União (TCU) abriu processo para investigar o cumprimento da chamada “regra de ouro” do Orçamento. A corte de contas quer verificar qual é o “buraco” que existe hoje e coloca em risco o cumprimento da norma, bem como o melhor método de apuração dos números. O levantamento do TCU começou há duas semanas e pode resultar em um alerta ao governo sobre o risco à regra de ouro, principalmente em 2019, primeiro ano de mandato do próximo presidente da República. O descumprimento da norma representa crime de responsabilidade das autoridades. Há a preocupação de que, no futuro, a saída para o problema seja a mudança da Constituição. A regra de ouro é considerado mecanismo importante para barrar déficits fiscais sucessivos e crescentes no Orçamento. Prevista na Constituição, ela impede a emissão de dívida em montante superior às despesas de capital da União (como investimentos). O instrumento tem como objetivo evitar que o País se endivide para bancar despesas correntes.

O risco de descumprimento decorre da sequência de déficits fiscais, que aumentam a necessidade

de financiamento em meio à queda da capacidade de investir. O Tesouro Nacional diz que faltam R\$ 184 bilhões para o cumprimento da regra de ouro em 2018 e, por isso, pede a devolução antecipada de R\$ 180 bilhões pelo BNDES. O banco de fomento assentiu com o repasse de R\$ 50 bilhões ainda este ano, mas os R\$ 130 bilhões solicitados para 2018 têm sido alvo de intensa disputa travada nos bastidores entre os integrantes do BNDES e a equipe econômica. Diante da situação dramática das contas, o próprio Tesouro resolveu divulgar mensalmente a situação em torno do cumprimento da regra de ouro, uma ofensiva para pressionar o banco a repassar o dinheiro. Mas, mesmo que o banco de fomento atenda ao pedido do governo no ano que vem, em 2019 os técnicos do TCU veem uma potencial insuficiência superior a R\$ 200 bilhões, para a qual “não tem BNDES que salve”.

Daí a preocupação da corte de contas, que vê necessidade de o Congresso aprovar medidas que reduzam gastos correntes, sob pena de os brasileiros passarem a conviver novamente com a inflação alta. Entre as medidas que ajudariam nessa direção está a reforma da Previdência. Em última instância, diante do risco de descumprimento, o governo terá de parar de pagar certas despesas e até provocar um shutdown (apagão) da máquina pública por impossibilidade de emitir nova dívida. Ou criar uma exceção que afaste a regra de ouro em períodos de déficit fiscal. Avaliações

preliminares dos técnicos do TCU mostram que essa “regra de transição” apenas jogaria o problema para frente. O relator do processo sobre a regra de ouro é o ministro Vital do Rêgo, o mesmo que abriu procedimento para acompanhar as discussões sobre a devolução dos recursos do BNDES ao Tesouro. Ele quer assegurar que a antecipação seja feita de acordo com a “missão institucional” do banco e com seus compromissos de concessão de crédito a empresas.

O TCU também vai se debruçar sobre as diferenças metodológicas entre as apurações da regra de ouro pelo Tesouro e pela Secretaria de Orçamento do Ministério do Planejamento. O objetivo da corte de contas é detectar a melhor das duas metodologia ou uma terceira que seja mais adequada. Transparência. Procurados, o BNDES não se manifestou e o Ministério do Planejamento disse que não comentará as colocações do TCU. A Secretaria do Tesouro Nacional informou, por nota, que “buscou dar transparência às discussões sobre a regra de ouro, alertando de maneira proativa aos órgãos de controle e à sociedade para a existência dessa restrição e para os riscos de não cumprimento da regra”. Afirmou ainda que “desenvolveu um modelo para projetar a insuficiência para o cumprimento da regra de ouro a cada ano, o qual está em processo de aperfeiçoamento, principalmente para projeções de médio prazo”. / A. F e I.T.





## PERGUNTAS & RESPOSTAS

### Atenção no déficit

1.

#### O que é regra de ouro?

Previsto na Constituição, esse dispositivo proíbe ao governo se financiar (emitir dívidas) para bancar despesas correntes. Isso só é permitido para o refinanciamento da própria dívida ou para despesas de investimento.

2.

#### Por que há risco de descumprimento?

Déficits sucessivos e de gran-

de magnitude das contas do governo federal é que estão levando a essa situação.

3.

#### Por que ela foi criada?

É um mecanismo de política fiscal para barrar desequilíbrios orçamentários. O Brasil tem outros dois instrumentos de controle: meta fiscal anual e limitador para o crescimento das despesas, o chamado teto do gasto.

4.

#### Por que o governo não pode descumprir?

O presidente e os ministros

das áreas econômica incorrem em crime de responsabilidade fiscal. O presidente pode sofrer impeachment.

5.

#### Qual a solução?

No médio e curto prazos, reduzir os déficits. No curto prazo, o governo pediu ao BNDES a devolução de R\$ 180 bilhões de empréstimos repassados pelo Tesouro. Também o governo informou que não vai cobrir mais integralmente o déficit do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que paga o seguro-desemprego e o abono salarial.

## Governo vai liberar mais R\$ 3 bi para órgãos públicos

Divisão dos recursos ainda não foi definida pelo Planejamento; ontem portaria repassou R\$ 9,8 bi para ministérios

Vinicius Neder / RIO  
Idiana Tomazelli

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que os quase R\$ 3 bilhões de recursos do Orçamento que ainda estão bloqueados devem ser liberados para os órgãos públicos na semana que vem. Ontem, o Diário Oficial da União (DOU) trouxe portaria do Ministério do Planejamento que distribuiu R\$ 9,8 bilhões do Orçamento deste ano para ministérios, conforme o Estadão/Broadcast antecipou. A liberação dos valores, que ocorre em meio à tramitação da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer no Congresso, deve socorrer imediatamente os ministérios diante do risco real de “apagão” na máquina pública. “Os valores que ainda não foram liberados serão liberados nas próximas semanas. Em geral, tem a ver com algumas peculiaridades de cada órgão”, afirmou Oliveira, após evento sobre regulação do setor de saúde suplementar, promovido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelo Instituto Brasileiro de Economia

da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), no Rio.

Segundo o ministro, os recursos liberados são destinados basicamente para custeio e uma parte para investimentos. As prioridades e as divisões dos R\$ 3 bilhões ainda serão definidas, afirmou Oliveira. A portaria de ontem confirmou que os maiores aportes serão para as pastas da Defesa e da Integração Nacional, com R\$ 2 bilhões e R\$ 1 bilhão, respectivamente. O governo liberou R\$ 3,9 bilhões para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em julho, o corte no PAC, vitrine na gestão petista, tinha sido de R\$ 7,5 bilhões. “São recursos basicamente para manter o funcionamento dos órgãos em situação regular e para manter em andamento as obras que já estão em andamento”, disse Oliveira. O ministro procurou dissociar a liberação de verbas dos pagamentos de emendas parlamentares. Segundo ele, o repasse para as emendas de deputados e senadores obedece a regra constitucional. “Cada vez que a gente amplia a despesa, isso implica um porcentual que também se amplia nas emendas. E 50% tem que ser para saúde.”



## CONJUNTURA »

# Sem margem para frustração

*Especialistas alertam para o risco de liberar de uma vez só R\$ 11 bilhões dos recursos descontingenciados. Consideram que, dessa forma, poderá ser difícil cumprir meta deste ano*

ROSANA HESSEL  
HAMILTON FERRARI  
ESPECIAL PARA O CORREIO

O governo ficou praticamente sem reserva para cobrir qualquer frustração de receita no cumprimento da nova meta fiscal, de deficit de R\$ 159 bilhões até o fim do ano. Dos R\$ 12,8 bilhões que seriam liberados gradualmente, resolveu descontingenciar ontem a maior parte para evitar a paralisação de serviços essenciais e agradar à base aliada. Conforme o detalhamento do Ministério do Planejamento, R\$ 9,8 bilhões têm como destino os ministérios; e pouco mais de R\$ 1 bilhão, as emendas parlamentares individuais e de bancada. Os demais poderes e seus respectivos órgãos receberam R\$ 164 milhões.

Especialistas em contas públicas veem o descontingenciamento com preocupação, apesar do ágio de pouco mais de R\$ 4 bilhões nos leilões de hidrelétricas e de concessões de petróleo e gás realizados no fim de setembro. Após essa liberação, sobrou apenas R\$ 1,8 bilhão para alguma eventualidade. “O que o governo

está fazendo é muito arriscado. Ainda há muitas receitas que não estão garantidas neste ano e outros fatores de risco, como o Refis e a crise política”, destacou o economista Bruno Lavieri, da 4E Consultoria.

Ele criticou a continuidade de liberação de emendas em meio à segunda denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o presidente Michel Temer. “O governo está enfraquecido e o maior risco para a meta fiscal é o caos político. E, em meio a essa situação, não haverá margem para manobras no Orçamento”, alertou. O secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco, também não vê com bons olhos a liberação de emendas parlamentares neste momento. “O ritmo voltou a subir em setembro, em aproximadamente R\$ 800 milhões”, afirmou.

Os ministérios da Defesa e da Integração Nacional foram os que tiveram maior volume de recursos liberados, de R\$ 2,11 bilhões e R\$ 1,19 bilhão, respectivamente. O das Cidades conseguiu ampliar o limite de empenho em R\$ 925 milhões; o de Transportes obteve a liberação de R\$ 892 milhões. “Transportes, Defesa e Cidades são exemplos de pastas que mais tinham perdido recursos no último contingenciamento, sobretudo de investimentos. É natural que, agora,

tenham recebido proporcionalmente valores maiores do que os demais ministérios”, avaliou Castello Branco.

Procurados, os ministérios não detalharam como pretendem utilizar os recursos. Em nota, o da Integração Nacional disse que “trabalha para adequar suas ações ao novo orçamento”. O dos Transportes comunicou que foram contingenciados quase R\$ 1,17 bilhão e que a liberação parcial de R\$ 892 milhões será usada para projetos que estavam previstos para este ano em todas as áreas. Já o da Defesa explicou que o recurso permitirá que a pasta e os comandos militares honrem, ainda que parcialmente, compromissos diversos relativos à manutenção das mais de 1,6 mil organizações militares, controle do espaço aéreo, patrulhamento do mar territorial e fronteiras terrestres, manutenção e treinamento operacional das Forças e outros.

Dos R\$ 2,117 bilhões liberados, R\$ 1,017 bilhão será destinado a projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “A ampliação recompõe, parcialmente, o corte efetuado em julho — de R\$ 1,4 bilhão — e permitirá atender parte dos programas estratégicos e para as Forças Armadas, como construções de máquinas e equipamentos”, informou a pasta.

De acordo com o Ministério das





Cidades, a gestão dos recursos priorizará a regularidade dos pagamentos nos respectivos vencimentos. Foram direcionados R\$ 800 milhões ao PAC e R\$ 125 milhões a despesas discricionárias de funcionamento. Segundo a Defensoria Pública da União (DPU), o descontingenciamento de R\$ 2,1 milhões “não terá efeitos práticos” em termos de execução orçamentária para 2017.

#### Orçamento da discórdia

A demora em enviar a mensagem modificativa do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2018 está deixando deputados e senadores que integram a Comissão Mista de Orçamento (CMO) inquietos. Apesar de o prazo para emendas ao projeto só encerrar em 20 de outubro, há suspeita de que a equipe econômica não esteja conseguindo fechar as contas, apesar da ampliação da meta fiscal de deficit de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões no ano que vem. Boa parte das receitas depende de medidas provisórias que nem sequer foram encaminhadas ao Legislativo e são impopulares, como a que amplia a contribuição previdenciária dos servidores.





## Alívio fiscal

O governo liberou a maior parte dos R\$ 12,8 bilhões que foram descontingenciados do orçamento. O Ministério da Defesa foi o maior beneficiado.



### Desbloqueio

| Órgão                                | Verba liberada (R\$ milhões) |
|--------------------------------------|------------------------------|
| Presidência da República             | 306,9                        |
| Ministério da Agricultura            | 257                          |
| Ministério da Ciência e Tecnologia   | 440                          |
| Ministério da Fazenda                | 369,9                        |
| Ministério da Educação               | 550                          |
| Ministério da Indústria e Comércio   | 188                          |
| Ministério da Justiça                | 491                          |
| Ministério de Minas e Energia        | 57                           |
| Ministério das Relações Exteriores   | 240                          |
| Ministério dos Transportes           | 892                          |
| Ministério do Trabalho               | 68,4                         |
| Ministério da Cultura                | 134                          |
| Ministério do Meio Ambiente          | 79                           |
| Ministério do Planejamento           | 153                          |
| Ministério do Esporte                | 237                          |
| Ministério da Defesa                 | 2.117                        |
| Ministério da Integração Nacional    | 1.198                        |
| Ministério do Turismo                | 220,2                        |
| Ministério do Desenvolvimento Social | 800                          |
| Ministério das Cidades               | 925,9                        |
| Advocacia-Geral da União             | 75,2                         |

Fonte: Decreto presidencial

### Vizinhos

Além dos **R\$ 9,8 bilhões** liberados para o Executivo, outros poderes e órgãos receberão **R\$ 164 milhões**.

| Poder                       | Verba liberada (R\$ milhões) |
|-----------------------------|------------------------------|
| Legislativo                 | 7,7                          |
| Judiciário                  | 134,7                        |
| Ministério Público da União | 19,5                         |
| Defensoria Pública          | 2,1                          |

### Verba parlamentar

O decreto divulgado na última sexta-feira ampliou o limite de empenho para as emendas parlamentares individuais de **R\$ 6,11 bilhões** para **R\$ 6,79 bilhões**.

Para as emendas de bancada, o teto passou de **R\$ 3 bilhões** para **R\$ 3,4 bilhões**.

### Reserva

O valor restante, de **R\$ 1,86 bilhão**, será liberado ainda este ano.

## EDUCAÇÃO »

### Deficit atormenta a UnB



Segundo o Sintfub, o próximo setor a sofrer cortes de terceirizados pode ser o da vigilância e portaria

#### LUIZ CALCAGNO

Com a expectativa de atingir um déficit orçamentário de R\$ 105,6 milhões até o fim de 2017, gestores da Universidade de Brasília (UnB) fazem malabarismo para pagar as contas. A solução, de acordo com o chefe de gabinete da reitoria, Paulo César Marques, passa, necessariamente, pelo Ministério da Educação (MEC). Ou a pasta libera verba extra para a instituição, ou permite que os gestores utilizem os lucros com convênios, contratos e aluguéis arrecadados, que estão acima dos valores permitidos pela lei orçamentária e retidos pelo governo federal. Por enquanto, uma possível suspensão das aulas está fora de

questão, mas há o risco de a universidade não pagar fornecedores ou prestadores de serviço e até demitir mais terceirizados.

De acordo com Paulo César, gestores da universidade estão constantemente em contato com o MEC para tentar negociar uma complementação orçamentária. “Os técnicos que conversam conosco conhecem a situação, mas não tivemos sinal positivo. Também estamos tentando tirar a previsão de orçamento em investimentos para colocar em custeio. É ruim, mas é a solução que conseguimos. Na prática, estamos passando por mau pagadores. Todos os fornecedores da universidade estão sujeitos à

nossa necessidade de negociação para rolar a dívida. No ano que vem, teremos um novo orçamento, ainda mais apertado. Mas, com os cortes e reduções que estamos fazendo, esperamos que as despesas em 2018 sejam menores”, avalia.

O prejuízo, até agora, está pulverizado em diversas áreas da instituição. Com menos profissionais na limpeza, a higiene de banheiros está comprometida, embora continue sendo feita. Estudantes reclamam, também, da qualidade dos alimentos do Restaurante Universitário. Em agosto, a UnB não pagou a manutenção dos telefones e trabalha para reduzir os gastos com energia elétrica e com água. Sobre o adicional pago pelo MEC em setembro, o chefe de gabinete da reitoria explica que, na verdade, a pasta tem repassado menos que o valor mensal previsto no orçamento, à exceção de setembro. “Mas, mesmo que eles tivessem pagado todos os meses 100%, isso não reduziria em nada o déficit orçamentário”, reforça.

#### Contas no vermelho

A crise nas universidades é um problema nacional. O 2º vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Cláudio Resende Ribeiro, explica porque as contas não fecham. “Primeiro, um repasse insuficiente da verba projetada. Mesmo o que é previsto, é repassado de maneira insuficiente. Depois, tem





a terceirização. Como houve corte de carreiras como porteiro e segurança, criaram cargos terceirizados. Essas empresas são pagas com verba de custeio, enquanto, antes, o salário desses servidores era pago pelo orçamento federal”, explica.

De acordo com Resende, a terceirização transferiu a despesa que era federal para o orçamento das instituições. “Boa parte da verba de custeio, que seria para comprar papel, tinta de impressora, sabonete, vai para terceirizados”, afirma.

Coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub), Mauro Mendes destaca que a instituição tem 2,2 mil terceirizados. De julho até agora, ao menos 300 foram demitidos. “Nos últimos anos, a universidade cresceu e o dinheiro diminuiu. O governo, em vez de olhar a educação como investimento, vê como gasto. O próximo setor a sofrer cortes pode ser o da vigilância e portaria, uma área estratégica em um câmpus tão grande como o nosso. Formamos um comitê com outras organizações e estamos em

busca de verba para mudar a situação. Vamos procurar, inclusive, os parlamentares do DF”, diz.

### **Liberação**

O MEC reafirma que cada universidade tem independência para decidir como vai gastar o próprio dinheiro e que o ministério “não possui qualquer ingerência sobre os processos de pagamento que estejam a cargo das universidades”.

Em nota, a pasta destaca que liberou à UnB, para empenho, este ano, R\$ 196,5 milhões, e a instituição empenhou, até agora, R\$ 148,8 milhões. “Ainda há cerca de R\$ 47,7 milhões disponíveis a ser empenhados pela instituição.” Consta no texto, ainda, que o ministério aumentou a liberação do orçamento de custeio para todas as universidades, de 75% para 80%. O orçamento de investimentos, por sua vez, passou de 45% para 50%. “No ano passado, mesmo após o contingenciamento feito pelo governo anterior, conseguiu liberar 100% de custeio para as universidades até o fim do ano. Mesmo diante do atual ajuste, o valor disponível para essas instituições será 5,3% maior do que

o disponível à época do contingenciamento em 2016 — o que corresponde a um aumento de R\$ 385,7 milhões.”

Por último, o MEC informou ter encaminhado ao Ministério do Planejamento, em agosto, um pedido de “troca de fonte de recursos orçamentários no montante de R\$ 14 milhões para auxiliar a UnB no contexto de frustração na arrecadação de recursos próprios financeiros”. “Em decorrência dessa troca, será possível utilizar recursos decorrentes de superavit de receitas próprias arrecadadas em exercícios anteriores, a fim de cobrir as necessidades de financiamento de despesas da universidade no atual exercício.” O texto não informa, no entanto, quando essa liberação ocorrerá.

*“Estamos tentando tirar a previsão de orçamento em investimentos para colocar em custeio. É ruim, mas é a solução que conseguimos”*

**Paulo César Marques**, chefe de gabinete da reitoria